

Relatório parcial do debate virtual sobre a LDO 2013

Portal e-Democracia da Câmara dos Deputados

1. Período: 20 de junho a 10 de julho de 2012 (3 semanas)
2. Acessos gerais à discussão: 44.387
3. Total de contribuições: 551
4. A Comissão de Orçamento propôs a discussão em temas específicos da LDO, em especial:
 - a. Das Metas e Prioridades Administração Pública Federal (arts. 2º a 4º);
 - b. Transferências voluntárias e entidades privadas (arts. 57 a 62);
 - c. Obras e serviços com indícios de irregularidades graves (arts 92 a 101);
 - d. Transparência (arts. 102 e 103);
 - e. Pessoal;
 - f. Planejamento Fiscal e Orçamento.
5. Além disso, os participantes criaram outras discussões:
 - a. Necessidade de se alocar recursos para áreas como saúde, educação e saneamento básico;
 - b. Remuneração de servidores;
6. Apoio de alto nível da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - CONOF: O debate virtual do Portal e-Democracia contou com o apoio institucional da CONOF, que tem moderado a discussão e respondido questões técnicas. Essa atuação demonstrou ser a mais acentuada de envolvimento de consultores da Casa em debates do Portal até agora. Esse aspecto já foi ressaltado por especialistas no exterior como um diferencial em relação a outros projetos de participação digital no mundo.

Síntese das contribuições


ENQUETE:

Qual área deve ser a prioritária para o Governo Federal?		
a.	Assistência Social	3%
b.	Educação	54%
c.	Saneamento e Meio Ambiente	4%
d.	Saúde	18%
e.	Segurança Pública	14%
f.	Transporte	2%
g.	Nenhuma das anteriores	5%

FÓRUNS:

Metas e Prioridades para 2013

Internautas concordam com a definição de metas e prioridades por UF, não restritas a programas oficiais de governo.

 Edivan Carvalho	“Concordo com a definição de prioridades e metas por UF, mas que não sejam limitadas ao PAC e nem ao BSM. Existem diversas ações, programas e obras necessitando de recursos para desenvolvimento regional.”
--	--

Marcella Holanda	“Concordo com as distribuições por UF, mas talvez alguns setores mereçam uma atenção diferenciada como, por exemplo, a saúde pública. De fato, é incontroverso que existe previsão orçamentaria para tanto, no entanto o que deixa mais a desejar é a aplicação destas verbas. É muito comum vermos administradores gastando milhões em publicidade e propaganda e relegando, muitas vezes, um percentual mínimo do que é gasto naquele setor neste. Daí que acredito que a LDO deveria
------------------	---

	ser o mais direcionada possível, tanto por UF quanto por setor e área de atuação.”
--	--

Fernando Luiz de Carvalho e Silva	<p>”Muito precisa ser discutido, mas não por poucos, por muitos na verdade.</p> <p>Na diversidade encontram-se as melhores chances de qualidade evolutiva.</p> <p>Precisamos de educação de qualidade para ativar e dar efetividade à participação do povo na discussão, monitoramento, controle e construção de um País melhor.</p> <p>Ao meu ver ainda existem outros fatores críticos, entretanto a educação de qualidade é o fator crítico sem o qual não teremos um País livre e desenvolvido.”</p>
-----------------------------------	--

Pessoal

Os internautas concordam com a fixação de limites para a concessão de aumentos salariais para os servidores públicos.

Adriano A	<p>”Poderia-se fazer como no salário mínimo, criar um cálculo baseado no PIB*, na inflação e sobre a previsão de contratação.</p> <p>As vezes me parece que o aumento salarial dos servidores é uma corrida onde ganha quem chegar primeiro, a categoria ganha um grande aumento e depois fica mais de 5 anos sem nenhum reajuste. Com a utilização de uma base de cálculo, os aumentos anuais serão menores, porém serão mais contínuos evitando possíveis greves.</p> <p>Agora, o que o serviço público realmente precisa é de uma legislação para disciplinar os planos de carreira, essa total liberdade que os órgãos possuem já mostra que não é o melhor formato”.</p>
-----------	---

Observação feita pela Consultoria de Orçamento:

”Tal regra do salário mínimo surgiu na LDO/2006, por iniciativa do Congresso Nacional e, desde o ano passado, é uma lei permanente. Estuda-se uma regra similar à proposta, mas com base na Receita Corrente Líquida e não no PIB, para promover ajustes salariais dos servidores federais, de forma a estabelecer critérios e limites. No

entanto, tal proposta tem que ser aceita pelo Poder Executivo para evitar veto”.

Obras e serviços com indícios de irregularidades graves

Os internautas acreditam que a avaliação sobre a paralisação de obras com indícios de irregularidades graves deve contemplar o estágio em que se encontra a obra. Ainda, a fiscalização dos órgãos de controle deveria ser mais proativa, acompanhando os estágios da obra.

Transparência

Há um consenso sobre a necessidade de se aprimorar a transparência do processo alocativo dos recursos orçamentários. Nesse sentido os internautas criticaram a falta de informações sobre dados sobre obras, localização, estágio, conclusão, empresa responsável contratada para a realização etc. Além disso, destacam a necessidade de melhorar a linguagem utilizada para facilitar o entendimento por toda a população.

Um internauta sugeriu a criação de mecanismo para a transparência dos dados das empresas que recebem isenção fiscal, com o intuito de possibilitar a identificação dos benefícios da isenção para a sociedade.

Outros assuntos que surgiram ao longo do debate:

- Inclusão Reajuste Servidores Judiciário da União
- Reajuste das Forças Armadas (+ de 240 postagens)
- Capital Social par a os Bancos Regionais de Desenvolvimento

WIKILÉGIS:

Exemplo de uma contribuição direta ao texto da PLDO:

Sugestão



Deny Eduardo Pereira Alves

Redação do artigo proposta:

Art. 4º As prioridades da administração pública federal para o exercício de 2013, atendidas as despesas contidas no Anexo V e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao fomento da educação básica e tecnológica, ao PAC e ao Programa Brasil sem Miséria, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Descrição da Sugestão:

O país ainda tenta crescer sem priorizar a educação e isto ainda é um grande problema. Ainda vemos muitas escolas de lata pelo Nordeste do país, vemos pais que têm de deixar de trabalhar (não produzindo renda) por que não têm com quem deixar os filhos por falta de creches (que em período de campanha da Sra. Presidente foi muitíssimo enfatizado!), vemos ainda que a formação tecnológica ainda está engatinhando pois demorou-se a perceber que as máquinas estavam e ainda estão, tomando o lugar dos trabalhadores sem qualificação da indústria. Mais que isso, vemos que por salários irrisórios os professores tem deixado de ter estímulo ao trabalho e mais que isso, a seleção para sua contratação tem admitido profissionais despreparados haja vista o salário inicial da carreira. Antes de se priorizar as obras do PAC há de se priorizar a educação em tempo integral com escolas de boa infraestrutura que tirem a miséria das pessoas ensinando-as os valores sociais do trabalho e do autosustento, sem dependência econômica do governo.

Comentário feito pela Consultoria do Orçamento:



Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Prezado Deny,

Realmente a educação (básica e tecnológica) é o pilar para o desenvolvimento do Brasil. Registra-se que as ações orçamentárias 12KU - Implantação de Escolas de Educação Infantil e 12KV - Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares constam do PAC, consideradas prioritárias pelo Poder Executivo. No entanto, para educação tecnológica não há nenhuma ação orçamentária como prioridade, nos termos do artigo 4º do PLDO/2013.

Há previsão no Parecer Preliminar do PLDO/2013 de incluir o chamado Anexo de Metas e Prioridades por intermédio de emendas parlamentares. Caso seja aprovado o Parecer Preliminar nesses termos, sua proposta também poderá ser incorporada por

emenda parlamentar, por exemplo, na ação 20RG - Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Grato pela participação.

Postado em 19/06/12

Relatório produzido em 10 de julho de 2012.

Equipe e-Democracia: Cristiano Ferri, Alessandra Müller, Rogério Scheidemantel, Daniel Shim, Gilson Dobbin, Maria do Socorro Aires.